



Prot. N. 0123/2012

Abertos à universalidade do Coração de Cristo

Carta para a Festa do Coração de Jesus – 2012

Introdução

Prosseguindo a reflexão apresentada nos anos passados, o tema da internacionalidade que o Governo Geral propõe à Congregação para a festa do Coração de Jesus deste ano, representa uma dimensão fundamental da nossa vida de cristãos e de religiosos dehonianos. O alargamento da perspectiva universal do mundo à diversidade das nações, raças e culturas, constitui uma **parte fundamental do ser cristão**, da igual dignidade de todos os homens criados à imagem de Deus e do compromisso missionário implícito na adesão ao Evangelho.

A internacionalidade, como expressão da universalidade do projeto de Deus para a humanidade, surge com nova urgência e novas possibilidades, **no mundo de hoje**. Não podemos ficar indiferentes diante da globalização, das grandes correntes de migração humana, da multiculturalidade das nossas cidades. São sinais dos tempos que exigem uma nova leitura e um novo compromisso.

O **momento atual da Congregação** propõe-nos desafios que exigem uma mudança de mentalidade e de atitudes, na gestão dos recursos humanos e materiais na colaboração internacional. Entre estes, contam-se o envelhecimento da maioria das Entidades históricas, a emergência de novas e jovens presenças em diversos países, a unidade da Congregação na diversidade das culturas e a formação para viver neste mundo em rápida mudança.

"O amor de Cristo impele-nos" é o mote do último Capítulo Geral, que nos deve guiar na procura dos nossos caminhos na Igreja e no mundo. A contemplação do Coração aberto do Salvador, donde brota o Espírito para toda a humanidade, constitui a fonte e a inspiração desta atitude universal. É a esta luz que propomos a presente reflexão, como contributo para a procura de fidelidade à nossa herança carismática, à Igreja e ao mundo de hoje.

1. A experiência eclesial

O fundamento da dimensão universal da nossa vida como dehonianos encontra-se **no centro da mensagem do Evangelho e da vida da Igreja**. Não se trata de querer alinhar com o espírito da globalização que caracteriza o nosso tempo, nem apenas de uma estratégia para enfrentar os problemas da Congregação. Estes elementos, ainda que importantes, não são decisivos. Eles devem ser vistos como sinais dos tempos que convidam a regressar às nossas raízes, para iniciar caminhos de fidelidade e de renovação.

Já na primeira aliança, os períodos em que o povo de Deus se fechou em si mesmo – em alguns momentos por se sentir forte e autossuficiente, noutros por ter medo da força do contágio dos outros – levaram a becos sem saída do ponto de vista da fé e da vida interna do povo, que os profetas não deixaram de denunciar. Curiosamente, os períodos mais fecundos e criativos da história de Israel coincidiram com épocas de crises nacionais – como o exílio e o período helenista – que levaram ao contato com outros povos. Foi neste confronto que o povo cresceu na percepção da sua eleição e função no contexto de toda a humanidade. A diáspora judaica presente em todo o mundo então conhecido criou um tipo de crente que não estava ligado a um território preciso e que podia ser cidadão de nações diferentes. Mas há um limiar que Israel não ultrapassa, o da pertença à descendência de Abraão. As correntes predominantes do judaísmo veem os israelitas como exclusivos destinatários das promessas de Deus.

A comunidade cristã nasce no seio desta tradição e dela se destaca especialmente por duas razões. Em primeiro lugar, pela confissão de Jesus como Messias, Filho de Deus, no qual se cumprem as promessas feitas a Abraão. E, em segundo lugar, porque vê alargar-se a todos os povos da terra as promessas feitas a Israel e a redenção realizada em Cristo. A mudança de mentalidade não foi fácil e foi sobretudo obra do Espírito, dom do Senhor ressuscitado, na manifestação do Pentecostes (cf. At 2), que se repetirá ao longo do itinerário da Igreja: em casa do centurião Cornélio (At 10), no caminho do funcionário etíope (At 8,26-40), em Antioquia (At 11,19-26), nas comunidades fundadas na primeira missão de Paulo e Barnabé (At 15,11s) e ao longo de toda a história.

Para Paulo, a integração de todos os povos na Igreja representa até o "mysterion" escondido às gerações passadas e agora revelado (cf. Col 1,26-28). Da experiência de ter sido alcançado por Cristo quando estava longe e era perseguidor, nasce nele a consciência da gratuidade da salvação oferecida em Cristo e do papel reconciliador do seu amor para com todos os povos, próximos ou distantes. Daqui nasce também a urgência paulina da missão entre todas as nações e línguas: "*Se eu anuncio o Evangelho, não é para mim motivo de glória, é antes uma obrigação que me foi imposta: ai de mim, se eu não evangelizar!*" (1Co 9,16). Complementar à universalidade é a abolição das diferenças e exclusões entre aqueles que foram integrados em Cristo: "*Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem e mulher, porque todos sois um só em Cristo Jesus.*" (Gl 3,28).

Uma tal universalidade e inclusão têm a sua origem no dinamismo do Espírito, que conduz os passos da Igreja nos caminhos de todos os povos, levando **o Evangelho para ambientes culturais diversificados**. Esta diversidade exige confronto e distinção entre aquilo que é fundamental e unificante da nova comunidade e os elementos próprios de cada cultura, que seria redutivo procurar uniformizar. O choque entre Pedro e Paulo em Antioquia (At 15,1-4; Gl 2,11-14) mostra que a internacionalidade e a multiculturalidade não se revelam fáceis, ainda que tenham que permanecer fundamentais no caminho da Igreja. Paulo sobretudo teve de lutar durante toda a vida para abrir os corações à universalidade do amor de Deus e à igual dignidade de cada irmão e irmã, redimidos por Cristo e regenerados pelo Espírito. A liberdade e a diversidade não são incompatíveis com a unidade do Corpo de Cristo. O seu impulso missionário e o seu desejo de levar sempre a novos povos o Evangelho provêm da percepção do amor universal de Deus que quer oferecer a sua vida e a sua salvação a todo o ser humano. É o amor de Cristo que o impele a pôr-se ao serviço deste projeto (cf. Gl 2,20; 2Co 5,14).

A experiência das primeiras comunidades cristãs faz-nos compreender o **papel da multiculturalidade no ser da Igreja**. A adesão a Cristo não orienta só para a comunhão com

Ele na plenitude do Reino celeste. A transformação do Espírito conduz sempre a uma comunidade. Este é o ambiente onde se aprende a mudar as próprias relações, a fazer do amor fraterno o caminho que aceita as diferenças, reconcilia as divisões e torna possível a partilha, a colaboração e a estima recíproca. O projeto de Deus em Cristo não se limita todavia a criar comunidades harmônicas, quais ilhas de paz num mundo em rotura. Ele quer levar a todos a sua salvação e reunir numa só família todos os povos da terra. Com maior ou menor resistência, o Espírito impeliu a Igreja de Jerusalém para toda a Palestina, de Antioquia à Ásia Menor e à Europa, projetando-a para todo o mundo então conhecido. Só deste modo se realiza o projeto de Deus de reconciliar todos em Cristo (cf. Ef 2,16; Col 1,20). Este foi sempre o caminho da Igreja ao longo dos séculos. Por isso, uma comunidade ou uma igreja local (ou uma Entidade da Congregação) que se fechasse em si mesmas, nas suas capacidades e necessidades, sem olhar para além dos seus confins e necessidades, não seriam fiéis ao projeto de Deus e à missão que Ele espera delas.

O dinamismo do Espírito não ignora as diferenças, as divisões e os conflitos. Ele atua a partir da transformação das pessoas e das comunidades, tornando possível a reconciliação, a partilha e o dom de si em favor dos outros. Por isso, cada comunidade e cada Igreja local, como cada Entidade da Congregação, têm sempre uma **dimensão local e universal**. É local (que não é o mesmo que nacional) para a sua inserção no âmbito em que se encontra a atuar, mas é sempre universal na integração dos seus membros e na abertura à totalidade eclesial. No interior de cada uma destas comunidades não podem existir, portanto, diferenças de nível entre “autóctones” e “estrangeiros”. Todos, independentemente da sua origem ou do seu passaporte, são membros de Cristo e reciprocamente irmãos e irmãs.

2. O exemplo de Cristo

A abertura ao outro e ao diferente, que leva à universalidade, tem **um modelo radical em Cristo**, Filho de Deus, feito membro da nossa humanidade. *"Ele, que é de condição divina, não considerou como uma usurpação ser igual a Deus; no entanto, esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo, tornando-se semelhante aos homens"* (Fil 2,6s); *"... e veio habitar connosco."* (Jo 1,14). O Verbo de Deus era radicalmente estranho à nossa cultura e ao nosso ser como homens, mas obediente à vontade do Pai – *Eis que venho para fazer, ó Deus, a tua vontade* (Eb 10,7) – aboliu a distância e a condição de estranho. Ele, ainda que permanecendo sem mancha, assumiu a nossa própria condição, submetida à fraqueza e ao pecado. Até no sofrimento e na morte, permaneceu fiel a nosso lado. Aprendeu o drama da humanidade assumida e tornou-se, para aqueles que o seguem, fonte e modelo de obediência ao projeto do Pai e primogénito da humanidade reconciliada (cf. Eb 5,7-10). Tornando-se homem, Cristo *"esvaziou-se a si mesmo"* (Fil 2,7), mas não abdicou da sua condição de Filho de Deus. Na sua encarnação, aprendeu a realizar o seu ser Filho numa vida de homem, membro de um povo e de uma cultura humana. Assim, o Filho de Deus e Filho do homem inaugurou um novo modo de convivência entre os homens, abrindo-lhes um caminho de acesso à vida de Deus.

Revelação suprema desta proximidade redentora é o sangue e a água que brotam do Coração de Jesus aberto na cruz (Jo 19,31-35), onde o evangelista João nos convida a contemplar o dom do Espírito, que cria a nova humanidade. Ela constrói-se sob o signo da reconciliação entre a primeira aliança – representada pela mãe – e da nova aliança prefigurada na casa do discípulo, destinada a acolher a mãe e toda a humanidade (Jo 19,26s).

Formados na espiritualidade do Coração de Cristo, encontramos no mistério da encarnação e no dom do espírito do Ressuscitado ***a raiz e o modelo da nossa comunhão e da nossa missão***, abertas a toda a humanidade, segundo a vontade de Deus. A primeira atitude missionária, no nosso ambiente de origem ou na missão mais longínqua, é a de ultrapassar as barreiras da diversidade e do ser estrangeiro. Isto torna-nos próximos das pessoas e capazes de compreender o seu modo de falar, pensar e agir, de partilhar as suas alegrias e dores, até pôr a própria vida ao seu serviço. Tal atitude constitui o primeiro anúncio do Evangelho. Com este virá também o da Palavra, da organização da comunidade, das obras de desenvolvimento. Assim se continua a obra da redenção, completando os sofrimentos de Cristo em cada um daqueles que se deixam modelar por Ele, em favor do seu povo (cf. Fil 3,10; Col 1,24).

3. À luz da nossa espiritualidade e da nossa história

A abertura à internacionalidade constitui uma ***expressão dos traços fundamentais da nossa vocação*** à luz do Coração de Cristo: a configuração ao seu "*ecce venio*", para realizar o desígnio do Pai e instaurar o seu Reino nas almas e na sociedade; o "*sint unum*", que nos torna irmãos na nossa diversidade; *a reparação*, isto é, o compromisso positivo para reconciliar a humanidade dividida, recosendo as roturas e criando novos modelos de convivência entre pessoas, povos e culturas

Desde os começos da sua obra, ***o P. Dehon integrou a internacionalidade no projeto da Congregação***. A sua união pessoal ao Coração de Cristo, a formação romana, a experiência do Concílio Vaticano I, como também as suas viagens, prepararam-no para uma visão do mundo que ultrapassou a perspectiva nacional presente em muitos ambientes da Igreja do seu tempo. Pouco depois da fundação em Saint-Quintin, por convicção própria e por causa das dificuldades existentes na França, leva a sua obra para os países vizinhos, onde foram formados boa parte dos primeiros dehonianos da Europa. A menos de vinte anos da fundação, começam as primeiras missões fora do continente europeu, primeiro na América Latina, depois na África, Ásia e América do Norte. À morte do Fundador, a Congregação já estava presente em mais de 20 países, em quatro continentes. A universalidade como "missão ad gentes" foi objeto de um seu profundo compromisso, que marcou o futuro da Congregação no seu conjunto.

Com a organização da Congregação em províncias, a promoção de novas missões passou gradualmente para as diversas Entidades europeias. A composição internacional que temos hoje na Congregação e o serviço que prestamos à Igreja e à sociedade em tantos países do mundo são ***fruto do impulso para ultrapassar as fronteiras em vista da missão***. A espiritualidade carismática recebida do Fundador floresceu em tantos setores de apostolado, mas revelou-se, de modo singular, na missão "*ad gentes*". Esta marcou a prioridade da fundação e a planificação das províncias, permitindo à Congregação estar hoje presente em 41 países.

Agora, todavia, encontramos-nos ***num tempo de grandes mudanças em relação ao passado***. A maior parte das províncias que maioritariamente contribuíram para este impulso missionário encontram-se em situação de envelhecimento generalizado e veem diminuir a sua vitalidade e capacidade missionária. Por outro lado, as novas Entidades, que têm mais jovens, têm falta de meios e, com frequência, de uma tradição missionária fora das suas fronteiras. Apesar da forte redução numérica, ainda hoje, mais de 80% dos missionários da Congregação são de origem europeia. Acrescente-se a isto o fato de que, neste momento, poucas são as Entidades que podem promover sozinhas uma nova missão, em termos de pessoal e de meios.

Se não encontrarmos novas formas de motivação, de visão e de colaboração internacional, o futuro da Congregação apresenta-se problemático, em termos de vitalidade, de serviços internos e de missão.

A diversidade geográfica e cultural está indubitavelmente a enriquecer a vida da Congregação e a oferecer novas possibilidades de presença e de missão. Mas ela pode também representar um **perigo de desagregação e de se fechar** a nível regional e nacional. No passado, a internacionalidade realizava-se por meio das províncias que enviavam os missionários. Com a alcançada autonomia das primeiras missões, estas ligações tornaram-se mais fracas. Em muitos casos, nota-se uma tendência para o isolamento e o encerramento na própria realidade local, com a diminuição da participação na vida da Congregação no seu conjunto. Para colher a riqueza da diversidade e, ao mesmo tempo, consolidar a unidade, evitando a dispersão e as derivas nacionalistas, precisamos de desenvolver novas formas de comunicação, de abertura e de comunhão.

O nosso tempo oferece-nos também **novas possibilidades e perspectivas**, que nos podem ajudar nesta mudança e renovação. O mundo em que vivemos, apesar de todas as dificuldades e enclausuramentos, está, mais do que nunca, aberto e ligado, oferecendo novas oportunidades de comunicação e de colaboração a nível planetário. A Igreja, saída do Concílio Vaticano II, oferece-nos um aliciente quadro de compromisso a nível das Igrejas locais e da construção de unidade na diversidade das culturas. A vida Consagrada, ainda que experimentando grandes desafios de adaptação à sociedade moderna, está na vanguarda nas fronteiras da evangelização, da atenção aos mais fracos e dos aréopagos do diálogo intercultural e religioso.

A própria Congregação está a dar passos significativos na compreensão do seu carisma e papel na Igreja e no mundo. Uma consciência comum está a desenvolver-se, como também novas formas de comunhão e de colaboração entre as Entidades. O "*Nós Congregação*" fez caminho na mentalidade dehoniana. Para ele contribuí, antes de mais nada, uma renovada compreensão da herança carismática que está na base da nossa comunhão. Um papel importante é desenvolvido também pelas dinâmicas de partilha e programação, como reuniões bienais dos Superiores das Entidades, que funcionam como "senado" de discernimento e orientação de toda a Congregação; a coordenação de iniciativas e nível continental; a formação comum a nível geral e continental, com particular realce para os cursos para formadores, ecónomos e superiores; a melhor coordenação da partilha económica; os grupos de trabalho por setores específicos, como a formação, a educação da juventude, a família dehoniana ou o envelhecimento. Os frutos deste caminho já são visíveis e levam-nos a continuá-lo.

Para consolidar e tornar efetiva esta mentalidade e responder aos desafios do nosso tempo, é fundamental criar uma nova capacidade para **motivar e coordenar a mobilidade das pessoas** no interior de toda a Congregação. A este propósito, a Conferência Geral de Varsóvia de 2006, depois de ter reafirmado que "*a missão para além das nossas fronteiras constitui para todos uma dimensão fundamental da nossa consagração*", afirma explicitamente: "*Cada confrade tenha a possibilidade de se tornar disponível para participar nos projetos missionários, com o discernimento e o acordo da Entidade que o envia*" (cf. Documento Final da Conferência de Varsóvia, n. 2 e 7). Se queremos pôr em prática esta orientação, é preciso criar as reais condições para a sua realização e coordenação, a nível pessoal, das Entidades e da Congregação. Devemos encontrar o modo de propor e tornar possível a participação de cada confrade na missão internacional, de incluir esta missão no projeto apostólico de cada Entidade e de coordená-lo a nível da Congregação. Os institutos religiosos, que não desenvolveram esta dimensão, encontram-se em grandes dificuldades, enquanto os

que a integraram efetivamente na sua própria vida, se revelam mais capazes de responder aos desafios hodiernos.

4. Um caminho de universalidade

Fiéis às nossas origens e respondendo aos sinais do nosso tempo, são certamente precisas novas dinâmicas e novas formas de organização. Mas é sobretudo importante *partir da nossa herança espiritual*. É preciso dar espaço ao próprio Espírito que moveu o P. Dehon a fundar a Congregação, para que nos guie na resposta às necessidades da Igreja e do mundo de hoje. É este o património cultural comum que nos permitirá inculturar a nossa espiritualidade nos diversos ambientes onde estamos presentes, sem perder a nossa identidade e especificidade carismática. Deste modo, seremos capazes de contribuir mais para o desenvolvimento local da Igreja e da Congregação e, ao mesmo tempo, abrir o coração à missão em todo o mundo.

A nossa missão tem uma particular necessidade da dimensão universal e intercultural. Ela é, antes de mais nada, uma nota essencial do Evangelho e do nosso modo de ser na Igreja. Além disso, a situação atual exige-o. O intercâmbio de pessoas pode permitir também às pequenas Entidades da Congregação participar na missão comum, evitando o seu isolamento e permitindo, ao mesmo tempo, que outros confrades venham colaborar na sua vida e missão interna. No mundo globalizado em que vivemos, particularmente nas grandes metrópoles, a construção de comunidades interculturais pode representar um modo oportuno de estar presentes em tais ambientes multiculturais. Ao mesmo tempo, pode oferecer um contributo vital para a renovação das Entidades mais envelhecidas e para a consolidação das mais jovens. As Entidades hoje mais pujantes, por outro lado, encontrarão aí perspectivas mais amplas para apresentar aos seus jovens, contribuindo para a sua própria vitalidade e para a do Instituto. Se nos fechamos nas nossas capacidades e limites, tornamo-nos mais pobres e, com isso, sofrerá a qualidade da nossa vida e da nossa missão. Hoje, sentimo-nos todos mais frágeis e isto pode ser um bem se nos levar a encontrar caminhos de maior convergência e colaboração. Se nos abrimos à comunhão da Congregação e da Igreja, todos alcançaremos benefício e seremos mais capazes de estar ao serviço do Evangelho no mundo.

Na procura de novos caminhos, nunca é demais acentuar *a importância da formação*. A formação inicial e permanente, como os estudos de especialização, oferecem um imenso campo de colaboração e intercâmbio de pessoas, tanto a nível de estudantes como de formadores e professores. Temos tantos exemplos desta partilha de pessoas e de meios no passado e na realidade hodierna, que devem ser posteriormente desenvolvidos. O reduzido número de estudantes em muitas Entidades pedem aberturas e colaborações internacionais. Mas também quando os grupos de formação são numerosos, não se deve menosprezar a riqueza que pode vir do carácter intercultural de uma comunidade formativa a nível de estudantes e de formadores. Os escolasticados internacionais em diversos continentes jogam um papel crescente e significativo na formação dos nossos jovens, que deve ser apoiado e desenvolvido. Assim nos poderemos formar de modo mais adequado para a missão universal e para a multiculturalidade crescente em todo o mundo. O estudo das línguas e as experiências concretas de internacionalidade, para estudo e para experiências pastorais, devem ser seriamente integradas nos programas formativos de cada Entidade, para nos prepararmos melhor para a nossa missão.

A formação deve habilitar-nos a *partilhar a vida num contexto intercultural*. Partir para a missão ou acolher nas nossas comunidades confrades de outras culturas exige uma

mudança de mentalidade, uma capacidade de viver uma comunhão aberta à universalidade. As dificuldades que, por vezes, se encontram no crescente número de comunidades internacionais, mostram-nos a necessidade de inserir mais claramente a dimensão internacional na formação e de cuidar a preparação específica daqueles que partem para a missão ou acolhem confrades do estrangeiro. Leva-nos a isto o amor universal de Deus revelado em Cristo, que torna possível a fraternidade, por meio do dom do seu Espírito.

Uma dimensão fundamental da comunhão e da missão é *a partilha dos bens*, a que foi dedicada a carta do ano passado. O pôr em comum os bens começa em cada comunidade e alarga-se a toda a Entidade, mas deve incluir igualmente toda a Congregação. A dimensão internacional da solidariedade económica assume nova importância à luz do enfraquecimento das Entidades que, até agora, financiaram maioritariamente a vida e a missão da Congregação. Também neste campo, é preciso ultrapassar gradualmente a simples distinção entre doadores e recetores, com uma lógica de participação comum. Todos devem contribuir, com pouco ou muito, na medida das suas possibilidades, para que se tenha o suficiente para ir ao encontro das necessidades. Estamos a dar passos significativos na partilha e na coordenação da solidariedade entre as Entidades. Temos, todavia, um longo caminho a percorrer rumo à autossustentação local e a uma maior corresponsabilidade congregacional para conseguir e gerir os bens necessários à nossa vida e à solidariedade com os mais carenciados.

Ao longo desta carta, recordou-se repetidamente a necessidade de *novas formas de partilha e de coordenação* a nível da Congregação. Mas isto não deve significar um projeto de centralização da Congregação. Atendendo à nossa tradição, tal projeto não seria razoável nem útil. O modelo de universalidade preconizado pelo Evangelho não se alcança com pessoas desenraizadas e sem identidade cultural própria. Pelo contrário, a lógica da encarnação exige que se assentem os pés na terra e se traduza a presença salvífica de Deus com expressões e organizações de cada lugar e de cada cultura. É esta mesma lógica que leva, depois, a passar também a outros lugares e culturas para continuar o mesmo processo. Deve desenvolver-se o sentido da fraternidade, da partilha e do serviço em cada uma das nossas Entidades. Elas precisam da sua autonomia e do seu estilo de desenvolvimento. Mas a autonomia não nos deve isolar, comprometendo a nossa capacidade de prestar serviço ao Evangelho, *"até aos confins da terra"*. O nosso desafio é o de encontrar caminhos compatíveis com estes dois âmbitos – local e universal – segundo princípios de fraternidade complementar e subsidiária. Os órgãos de consulta e de coordenação, como as reuniões dos Superiores Maiores, a colaboração continental em diferentes setores, o entendimento e a cooperação entre diversas Entidades, constituem formas dinâmicas e criativas que podem contribuir para o desenvolvimento da comunhão e da missão comuns. Por outro lado, também a capacidade de coordenação do Governo Geral precisa de ser repensada ao serviço da situação atual da Congregação, em articulação com o papel das Entidades. Só assim se poderá ter e pôr à disposição de todos as riquezas e as necessidades que temos, para desenvolver a nossa vida e a nossa missão.

Nos próximos anos, além da Conferência Geral, estão previstos importantes encontros de Superiores Maiores, a nível continental e congregacional, e sobretudo o próximo Capítulo Geral. Estas deveriam ser oportunidades significativas para recolher a reflexão dos confrades de todo o mundo e para procurar orientações para uma melhor coordenação de toda a Congregação em vista da comunhão e missão em contexto internacional.

Conclusão

A festa do Coração de Cristo, que vamos celebrar representa um convite a toda a Igreja e particularmente a nós, Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus, para nos abirmos ao amor de Deus revelado no seu Filho. Ele veio partilhar a nossa humanidade e trazer-nos o dom do Espírito que nos transforma à sua imagem, tornando-nos participantes da sua própria vida e promotores de uma humanidade nova, conforme o projeto do Pai.

No meio do mundo em rápida mudança, procuramos viver este dom no discernimento dos sinais do nosso tempo, para encontrar caminhos de fidelidade e coerência com a nossa vocação carismática e para responder aos desafios da história. Estamos conscientes da nossa fraqueza e pobreza, mas igualmente da riqueza da comunhão na diversidade das nossas origens e culturas, tornada possível pelo Espírito que nos une e envia.

Que o Senhor Jesus escute a nossa prece, acompanhe a nossa reflexão e abra o nosso coração às dimensões do seu amor, para continuar a renovar o nosso serviço ao seu Reino em todo o mundo.

Desejamos-vos fraternamente uma alegre e proveitosa festa do Coração de Jesus.

Roma, 25 de Maio de 2012

*P. José Ornelas Carvalho
Superior Geral SCJ
e o seu Conselho*